

Confecções reclamam de novo uniforme escolar

GUILHERME QUEIROZ

DO JORNAL DO COMMERIO

A mudança no modelo do uniforme escolar da rede pública para o próximo ano letivo, anunciada pela Secretaria de Educação na semana passada, causou mal-estar entre proprietários de malharias e confecções do Distrito Federal. A produção dos atuais uniformes cinzas já está a todo vapor para suprir uma demanda de mais de 520 mil alunos dos ensinos fundamental e médio. Com a alteração, os empresários temem prejuízos decorrentes do encalhe dos atuais uniformes cinzas. Eles ameaçam recorrer à Justiça caso a alteração não seja postergada para 2007.

Segundo o Sindicato da Indústria do Vestuário (Sindivest), a produção dos unifor-

mes tem início no final de julho, quando as confecções e malharias formalizam os pedidos por matéria-prima junto à indústria têxtil. O material chega às empresas brasileiras em setembro, quando é iniciada a fabricação dos uniformes dentro dos padrões acordados com a Secretaria de Educação. Calcula-se que, a esta altura do ano, o setor já esteja com mais de 50% da demanda projetada pronta para ir às prateleiras.

“Quando se cogita mudar o uniforme, fala-se com um ano de antecedência porque empeneha-se um investimento enorme na compra de matéria-prima. Imagine então quando se

anuncia uma mudança como esta com 60 dias de aviso”, protesta a diretora da Área de Uniformes do Sindivest, Maria Teresa Bernardes. Segundo ela, há cerca de 100 confecções e ma-

PRODUÇÃO



malharias e confecções fabricam roupas para alunos em Brasília

lharias envolvidas na produção dos uniformes para a rede pública de ensino. “Temos casos em que uma única empresa investiu mais de R\$ 500 mil e agora teme ficar com o estoque encalhado”, ilustra.

A alteração nos uniformes consta de uma portaria da Secretaria de Educação, publicada no *Diário Oficial do Distrito Federal* na última sexta-feira. O órgão justifica a alteração ale-

gando um número grande de reclamações dos alunos quanto ao seu visual. A portaria institui um concurso para que os próprios estudantes apresentem sugestões. A opção vencedora será anunciada em 23 de dezembro, com prêmio de R\$ 1.500 para o autor do projeto. A secretária de Educação, Wanderley de Carmargo, reconhece que o tempo para a mudança é curto, mas atenua os possíveis efeitos da iniciativa. “Ainda não se falou em implantação, apenas na alteração. Ela será gradativa, mas ainda não sabemos se será no início ou no meio do ano letivo”, explica.

O presidente do Sindivest, Márcio Franca, reclama que a secretaria não consultou o setor antes de publicar a portaria e que a mudança “gradativa” não vai atenuar os prejuízos previstos com a alteração.